

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Volta a subir cotação de Augusto Aras para PGR	2
Título: Logística de combustível pode ter investimento de R\$ 49 bi	4
Título: Curtas	6
Título: SP e ES querem mudar emenda à PEC da cessão onerosa	6
Título: Aportes em Jirau neste ano somam R\$ 450 mi	7
Título: Torre eólica da GE desaba em complexo da Omega no MA.....	9
Título: Direção da TAG defende alterações no regime de outorga para gasodutos.....	11
Título: Etanol dos EUA tende a ficar mais competitivo.....	12
Título: Após previdência, alvo deve ser reforma administrativa.....	13
Título: Consultoria italiana Bip compra brasileira FBM e prevê novas aquisições	15
Título: Exterior impulsiona ativo local.....	16
Título: Dilma protagoniza ato da oposição contra Bolsonaro.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Caminhoneiros protestam por tabela do frete.....	20
Título: Aneel multa Light por explosão em bueiros	21
VEÍCULO: O Globo	21
Título: São Paulo quer ampliar sua fatia do megaleilão.....	21
Título: Coesão política foi fundamental para o acordo que beneficia o Rio.....	23
Título: Recurso para abater o deficit.....	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/09/2019****Seção: Política****Autor: Mariana Muniz, Isadora Peron, Renan Truffi e Fabio Murakawa | De Brasília****Título: Volta a subir cotação de Augusto Aras para PGR**

O subprocurador-geral da República Augusto Aras deve ser o nome escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a Procuradoria-Geral da República (PGR). Integrantes da PGR ouvidos pelo **Valor** dão como quase certa sua indicação, mas ainda não houve confirmação oficial - que é aguardada para hoje.

Na noite de ontem, faltando apenas 13 dias para terminar o mandato da atual procuradora-geral da República, Raquel Dodge, os seis integrantes do grupo da Lava-Jato na PGR anunciaram, por meio de nota, um pedido de demissão coletiva.

Em mensagem enviada aos colegas, os procuradores afirmam que "devido a uma grave incompatibilidade de entendimento" dos integrantes da equipe em relação a uma manifestação enviada por Dodge ao Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira, eles haviam decidido pedir o "desligamento" das funções.

Pediram demissão Raquel Branquinho, considerada o braço-direito de Dodge, Maria Clara Noleto, Luana Vargas, Hebert Mesquita, Victor Riccely e Alessandro Oliveira.

Interlocutores afirmam que a manifestação que gerou a revolta dos procuradores teria sido enviada no inquérito que envolve o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro.

Na terça-feira, Dodge teria pedido ao ministro Edson Fachin, relator da investigação, para arquivar trechos da delação que citavam o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Dodge confirmou em nota que recebeu pedido de desligamento de integrantes de sua equipe na área criminal. No texto, ela afirma que "cumpre a Constituição e a lei".

Favorito de Bolsonaro desde o início da disputa pela PGR, Aras é ligado ao ex-deputado Alberto Fraga (DEM-DF) e se reuniu com o presidente diversas vezes. A última ocasião em que estiveram juntos foi no sábado, quando o subprocurador-geral foi ao Palácio da Alvorada por intermédio de seu padrinho, fundador da chamada "bancada da bala" na Câmara dos Deputados.

Candidato fora da lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), ele se apresentou como um crítico do "corporativismo" dentro do Ministério Público Federal (MPF) e "destravador" da instituição.

Após a divulgação pela imprensa de um suposto alinhamento de Aras com o Movimento dos Sem Terra (MST) no passado (que ele nega), seu nome chegou a ser considerado "fora da disputa". Mas segundo interlocutores, a reaproximação com Bolsonaro nos últimos dias pode ter servido para ajustar os ponteiros.

Aos 60 anos, Augusto Aras, que é baiano de Salvador, também teria conquistado Flávio e Eduardo, filhos de Bolsonaro, e ministros de peso, como o da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Nos bastidores da disputa, corre a informação de que foram muito bem vistas por Bolsonaro articulações que teriam sido feitas por Aras em prol do Linhão de Tucuruí e a implementação de um programa para o aprimoramento de políticas públicas no setor ferroviário.

O subprocurador também transita pela ala militar. Em 2016, recebeu três diferentes distinções militares: a Ordem do Mérito Judiciário Militar, a Ordem do Mérito Aeronáutico e a Alta Distinção do Superior Tribunal Militar (STM).

Mesmo preferido, o nome de Aras encontra resistência numa ala do PSL, partido do presidente. Deputados e apoiadores da legenda avaliam que o perfil do subprocurador não se encaixaria no bolsonarismo.

Diante do ressurgimento de Aras como mais cotado para assumir a PGR, a diretoria da ANPR divulgou uma nota em que pede para que haja uma "recusa coletiva" de cargos oferecidos por um procurador-geral da República eventualmente indicado fora da lista tríplice.

Ontem, Bolsonaro disse que poderia anunciar até hoje o nome do novo procurador-geral da República. "Espero que de hoje para amanhã nasça a criança aí que já está com nove meses e meio", disse à imprensa, ao deixar o Palácio da Alvorada.

O procurador-geral é indicado pelo presidente da República, mas precisa passar por uma sabatina e ser aprovado pelo Senado. O mandato de Raquel Dodge termina no dia 17.

Apesar dos fortes rumores sobre Aras, o presidente também voltou a negar que irá escolher um homem para o cargo e que o nome de Dodge esteja descartado para uma recondução.

"No meu tempo você só sabia o sexo da criança depois que nascia. E era homem até morrer. Hoje em dia que o pessoal quer mudar esse negócio aí. Quando a mulher está grávida hoje, tem ultrassonografia, você vê lá e tem um bigulinho... a PGR está em aberto, enquanto não bater o martelo está em aberto, tudo pode acontecer", complementou.

Também ontem, na viagem que fez à cidade goiana de Anápolis, Bolsonaro rebateu as críticas que vem recebendo de líderes estrangeiros por conta de sua política ambiental, da alta nos índices de desmatamento e das queimadas na Amazônia ao afirmar que elas são uma "ameaça" à soberania do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Logística de combustível pode ter investimento de R\$ 49 bi

O crescimento do mercado de combustíveis exigirá investimentos de R\$ 49,5 bilhões até 2030, na expansão da infraestrutura logística em portos, terminais, dutos e ferrovias, segundo a consultoria Leggio. Em meio à redução da presença da Petrobras no setor, a iniciativa privada deve assumir a liderança nesses novos aportes. Diante dessas perspectivas de negócios, a expectativa do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) é que uma nova indústria se desenvolva no país: a de operadores independentes de dutos.

"Num momento em que a Petrobras está vendendo suas refinarias, não é razoável esperar que será ela a fazer esses investimentos. Precisamos criar no Brasil uma nova indústria, com investimento privado. Não tenho dúvida que se trata de uma atividade atraente para a iniciativa privada", afirma Alberto Guimarães, secretário-executivo de abastecimento do IBP, que contratou o estudo.

Ele cita que o compromisso assumido pela Petrobras, junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para vender metade de sua capacidade de refino, deve trazer para o mercado brasileiro uma diversificação

de atores. E que esse cenário ajuda a criar um clima mais favorável para a vinda de investidores novos.

"Com a redução da posição dominante da Petrobras, a análise de risco do investidor privado muda. Com a desconcentração do mercado, há mais conforto para investimentos privados", comenta Guimarães.

Para que esse investimento, de fato, se concretize, ele destaca que manter um cenário de segurança jurídica e aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental são essenciais. Além disso, a entrada de novos investidores nesse setor dependerá, segundo Guimarães, do desenvolvimento de novas fontes de financiamento, no mercado.

A tendência, para o secretário do IBP, é que os investimentos em dutos sejam assumidos, sobretudo, por fundos de pensão interessados em receitas fixas de longo prazo. Uma inspiração, nesse sentido, seria o setor de transporte de gás natural, que atraiu investimentos do fundo canadense CDPQ, que comprou neste ano 31,5% da Transportadora Associada de Gás (TAG), e da Brookfield - que lidera o FIP que controla a Nova Transportadora do Sudeste (NTS).

"O midstream [transporte, armazenamento e comercialização de petróleo e derivados] costuma ser uma indústria com investidores independentes [separados dos negócios de produção e de refino]. Não acho que no Brasil vá ser diferente", avalia.

O estudo da Leggio, que será lançado hoje na Rio Pipeline, estima que o aumento do consumo de combustíveis líquidos demandará investimentos de R\$ 12,3 bilhões em infraestrutura logística, como dutos, terminais e portos, e de R\$ 37,2 bilhões em logística multimodal, sobretudo material rodante para transporte de cargas em trens e terminais específicos para ferrovias. Além disso, a consultoria prevê mais R\$ 38,5 bilhões na construção de usinas de etanol e biodiesel, para atender as metas da política nacional de biocombustíveis (RenovaBio).

A consultoria aponta 22 projetos como prioritários, sendo oito deles na construção ou expansão de píeres e armazenagem de portos e terminais. A Leggio também mapeou sete projetos para melhorar a infraestrutura de recepção e entrega de cargas em ferrovias; e mais sete projetos de construção ou duplicação de dutos. O estudo é indicativo e traça os projetos mais prioritários para evitar gargalos na infraestrutura para abastecimento, diante da expectativa de crescimento do mercado de combustíveis nos próximos anos.

Questionado se a venda das refinarias da Petrobras a outras empresas muda o cenário de investimentos, Guimarães disse que a entrada de novos operadores

pode mudar fluxos de abastecimento, mas que gargalos de infraestrutura existirão, independentemente da mudança no controle das refinarias. "O estudo não leva em conta quem é dono da refinaria. A maioria dos dutos propostos é para atender a fronteira agrícola. Esta é uma carência histórica."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Caminhoneiros

Caminhoneiros circularam vídeos pedindo o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (PSL), em dia de protesto contra a indefinição em relação aos pisos mínimos oferecidos para a categoria. Em um dos vídeos, com data de 31 de agosto, caminhoneiros de Pernambuco afirmam ter recebido uma facada do presidente, em referência à suspensão do julgamento sobre a constitucionalidade da tabela do frete, que aconteceria nesta quarta, definida pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O presidente da Corte, Dias Toffoli, decidiu retirar a pauta do plenário e o julgamento foi adiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Política

Autor: Carolina Freitas e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio

Título: SP e ES querem mudar emenda à PEC da cessão onerosa

Os governos de São Paulo e do Espírito Santo iniciaram ontem uma ação junto aos líderes de bancadas da Câmara dos Deputados para promover mudanças na emenda aprovada na terça-feira pelo Senado à proposta de emenda à Constituição (PEC) da cessão onerosa.

O plenário do Senado aprovou proposta que permite a distribuição de recursos de um megaleilão dos excedentes da cessão onerosa para Estados e municípios. O acordo costurado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) permitiu ao Estado do Rio receber R\$ 2,5 bilhões.

Os municípios fluminenses, juntos, receberão R\$ 332 milhões. O texto foi aprovado por unanimidade em dois turnos no Senado e segue para análise da Câmara dos Deputados.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), defendeu ontem a mudança nos critérios de distribuição do bônus de assinatura do megaleilão, de forma a beneficiar Estados do Sul e do Sudeste. "Vamos tentar favorecer e facilitar a nossa participação nesses recursos na Câmara", disse Casagrande.

Do valor estimado de R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura, R\$ 10,95 bilhões devem ficar com municípios e um montante igual, com os Estados. O critério para repartição dos recursos passa pelos fundos de participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). "O FPE tem mão mais pesada para o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste", afirmou o governador capixaba.

Embora considere o critério do FPE "justo" para a balizar transferências da União para os Estados, Renato Casagrande argumenta que "outras fontes de recursos precisam de outros critérios de distribuição".

O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (DEM), afirmou que os demais Estados produtores querem ser tratados na emenda à PEC da mesma forma que o Rio.

"É necessário que todos os Estados produtores se beneficiem desse recurso adicional, não só o Rio de Janeiro", afirmou Garcia em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista.

"Nada contra o Rio, mas nós vamos questionar isso de só o excedente da Região dos Lagos ser objeto de distribuição. Queremos que o todo seja objeto da distribuição", disse o vice-governador. "Já que você vai tirar uma parte a mais da União e repassar para os Estados produtores, tire a parte do todo e não especificamente do petróleo da Região dos Lagos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aportes em Jirau neste ano somam R\$ 450 mi

Os aportes dos acionistas da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO), deverão somar R\$ 450 milhões em 2019. Embora a usina tenha sido concluída em 2016, os sócios - a francesa Engie, a estatal brasileira Eletrobras e a japonesa Mitsui - ainda são obrigados a colocar dinheiro no empreendimento, devido aos impactos financeiros causados pelas despesas oriundas do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) e ao vertimento turbinável da quarta maior hidrelétrica do país.

"Esses dois problemas, de vertimento turbinável e GSF, são um impacto brutal para nós. Este ano, os sócios vão ter que fazer um aporte de R\$ 450 milhões", afirmou o diretor-presidente da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), consórcio dono da hidrelétrica, Victor Paranhos. Um dos executivos mais conhecidos do setor elétrico brasileiro, ele deixará o cargo em outubro. Para seu lugar foi eleito Edson Luiz da Silva, que atualmente responde pela diretoria de Regulação e Mercado da Engie Brasil Energia (EBE).

Sobre o GSF, Paranhos conta que a proposta em discussão no Senado não elimina os danos para a empresa. O texto prevê a possibilidade de um acordo entre geradores e o governo para o pagamento das despesas de GSF, tendo como contrapartida a extensão do contrato de concessão de suas usinas, na proporção do desembolso.

Na opinião do executivo, a proposta não elimina o impacto no fluxo de caixa da ESBR porque a concessão da usina tem vencimento apenas em 2043. "Para qualquer ganho depois de 2043, o valor presente é muito baixo", afirmou.

O presidente da ESBR defende uma solução estrutural para o GSF, passando por uma revisão do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), espécie de condomínio de hidrelétricas, em que ônus e bônus relativos ao maior ou menor volume de geração são compartilhados por todos os integrantes.

Nessa linha, estudo elaborado pela consultoria Thymos Energia, a pedido da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), propõe a transferência de parte do risco hidrológico para os demais agentes do setor elétrico, não se limitando apenas às hidrelétricas do MRE.

Na proposta da consultoria, os riscos hidrológicos do gerador hidrelétrico devem estar relacionados às premissas de sua garantia física (o limite máximo de energia que uma usina pode vender). Os custos adicionais seriam cobertos pelos demais agentes.

Segundo o presidente da Abrage, Flavio Neiva, em nota, o GSF hoje é deslocado por fatores que vão além das condições hidrológicas. Um exemplo é a participação crescente de fontes intermitentes e variáveis na matriz elétrica do país, como usinas eólicas e solares.

Segundo o estudo, o custo extra para os demais agentes seria compensado com benefícios sistêmicos, como o aumento da liquidez do mercado. Assim, o trabalho indica haver potencial de redução de preços de energia no médio prazo, a partir de 2020, de 10% a 20%.

"Num mercado equilibrado, as pressões conjunturais são aliviadas, o ambiente de negociação é favorável e há possibilidade de melhores negócios para todos os agentes", disse o presidente da Thymos, João Carlos Mello, em nota.

Os aperfeiçoamentos do GSF e do MRE estão sendo discutidos pelo **Ministério de Minas e Energia** nos estudos relativos à reforma do setor elétrico. A expectativa da pasta é concluir os trabalhos em outubro.

Com relação ao outro problema de Jirau, o vertimento turbinável, Paranhos disse que a usina, em alguns momentos, gera menos energia que o previsto, devido a restrições no sistema de transmissão que liga o complexo do rio Madeira (que inclui também a hidrelétrica de Santo Antônio) ao Sudeste. A consequência prática, explicou, é o desperdício de água que passa pela usina sem gerar energia.

Nesse quesito, há também um impasse regulatório. Mesmo quando há espaço disponível no sistema de transmissão, a hidrelétrica não pode produzir acima da quantidade estimada. Pela regulação atual do setor, nesses casos, a geradora é penalizada.

A ESBR já solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma mudança nas regras nesse sentido. "A mudança da regra vai permitir que nós geremos a mais sem sermos penalizados, desde que haja espaço no linhão", afirmou Paranhos.

Quarta maior usina do país - atrás de Itaipu, Belo Monte e Tucuruí - Jirau teve investimento total estimado em cerca de R\$ 20 bilhões. Com 3.750 megawatts de capacidade instalada, ela é a hidrelétrica com o maior índice de disponibilidade do país, de 98,63%, segundo dados do ONS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Torre eólica da GE desaba em complexo da Omega no MA

Um aerogerador fornecido pela americana GE desabou no Maranhão na noite de terça-feira, deixando um funcionário que fazia manutenção no equipamento ferido. O incidente aconteceu no parque eólico Delta 6, da Omega Geração, localizado no município de Paulino Neves. Essa é a segunda ocorrência semelhante registrada no Brasil nos últimos dois meses. No primeiro semestre,

a GE teve ainda três problemas parecidos em suas operações nos Estados Unidos.

Relatos obtidos pelo **Valor** apontam que a queda do aerogerador aconteceu quando havia um técnico de manutenção na nacelle, compartimento instalado no alto da torre.

Segundo a GE, havia três empregados no local no momento da queda. A companhia confirmou que um deles ficou ferido e está recebendo tratamento médico. "A segurança de nossos empregados é de extrema importância para nós e estamos apoiando o empregado que foi ferido, bem como sua família neste momento", informou a GE, em nota.

A reportagem procurou a Omega, que disse também que a GE está trabalhando com diligência para determinar a causa raiz da ocorrência e oferecer apoio, assim como garantir a segurança do parque. "Nós estamos prestando todo o suporte para identificar a causa do incidente e ratificar o nível de excelência prestado por ambas companhias", diz o posicionamento da Omega. O Delta 6 tem 54 MW de potência e entrou em operação no ano passado.

No fim de julho, outro aerogerador da GE desabou, desta vez no complexo eólico Ventos de São Clemente, em Caetés (PE). O empreendimento em questão é da Echoenergia, controlada pela gestora britânica Actis. Segundo fontes, até hoje a GE e a Echoenergia não chegaram a um acordo sobre a causa do problema e a fabricante não tirou, até o momento, os pedaços que restaram da turbina que entrou em colapso. O complexo eólico, que tem 126 aerogeradores e 216 megawatts (MW) de potência, teve sua energia vendida em um leilão em 2014, e o não funcionamento de uma de suas turbinas implica em exposição contratual para a geradora.

Com o segundo problema em pouco tempo, a tendência é que a GE lance um plano emergencial para inspeção de todas as suas torres, segundo especialistas ouvidos pela reportagem. Ao **Valor**, a GE disse que está trabalhando para determinar a causa do incidente e oferecer o apoio adequado, conforme seja necessário.

Nos Estados Unidos, a GE enfrentou problemas semelhantes no primeiro semestre. Em fevereiro, uma turbina de 2,5 MW desabou em um complexo eólico no Novo México. Em maio, foi a vez de uma máquina de 2,4 MW cair em Oklahoma. Por fim, em julho, a companhia registrou o colapso de uma turbina no Estado de Nebraska.

A companhia é líder de mercado no Brasil, com cerca de 35% de participação nos 15 gigawatts (GW) em potência de energia eólica em operação. A conta considera também os ativos da Alstom, que se fundiu com a GE em 2015. O segundo lugar é da Siemens Gamesa, que tem cerca de 20% do mercado. Também são grandes fornecedoras no Brasil as empresas Nordex Acciona, Vestas e WEG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Direção da TAG defende alterações no regime de outorga para gasodutos

Com planos para investir cerca de R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos na sua rede de gasodutos, a Transportadora Associada de Gás (TAG) saiu em defesa de mudanças no marco legal do gás natural, para tornar mais ágil a construção de novos dutos no país. Em meio aos atritos diplomáticos entre os governos do Brasil e da França, nas últimas semanas, o diretor-presidente da TAG, Gustavo Labanca, disse que "nada muda" nos planos da companhia, controlada pelo grupo francês Engie, e que a multinacional continua atenta a oportunidades de negócios no país.

"Nossa presidente [global da Engie, Isabelle Kocher] deixou claro que nada muda em relação ao nosso investimento no país no longo prazo. Não estamos no Brasil para ficar um ou dois anos. Estamos pensando em mais 20, mais 30 anos", afirmou Labanca a jornalistas, durante participação na Rio Pipeline, promovido pelo instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

Labanca disse que, mesmo após concluir a compra da TAG, no valor de R\$ 33,5 bilhões, junto com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), a Engie mantém o interesse em novos negócios no Brasil. Um deles é a estocagem de gás. O grupo francês, segundo o executivo, está mapeando algumas áreas com potencial para armazenagem, com foco no Espírito Santo e Bahia.

A nova administração da TAG tem planos de investir R\$ 1 bilhão em cinco anos, com interesse na manutenção da atual rede de gasodutos e nas interconexões da malha com novos pontos de oferta de gás. O diretor de operações da empresa, Emmanuel Delfosse, disse que a mudança do regime de outorga para construção de novos gasodutos, da concessão para a autorização, "seria um caminho para facilitar" os investimentos da companhia na extensão de sua rede. Uma proposta de alteração da outorga tramita hoje no Congresso.

Para Delfosse, o regime de concessão é um "processo demorado que não consegue balancear e coordenar uma oferta de gás" com a construção de novos dutos. Implementado em 2010, com a Lei do Gás, o regime de concessão nunca saiu do papel.

Segundo Labanca, os planos da TAG estão mais concentrados na interconexão dos gasodutos existentes com os pontos de oferta ainda não conectados ao sistema, como terminais de gás natural liquefeito (GNL).

"Não significa construir muitos quilômetros [de gasodutos], mas conectar trechos hoje não conectados", afirmou.

Labanca comentou, no entanto, que por ora ainda não há planos de construção de grandes redes. Segundo ele, o investimento em novos projetos desse tipo dependerá do comportamento da demanda nos próximos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos e Cristiano Zaia | De São Paulo e Brasília

Título: Etanol dos EUA tende a ficar mais competitivo

O etanol anidro (que é adicionado à gasolina) brasileiro entregue no polo de Paulínia, em São Paulo está ligeiramente mais competitivo que o etanol anidro americano entregue no mesmo local, mesmo dentro da cota isenta de tarifa. Porém, o início da colheita desta safra de grãos nos EUA gera preocupações para os produtores, sobretudo os do Nordeste, no médio prazo.

Na semana passada, o etanol americano estava chegando em Paulínia por R\$ 2,23 o litro dentro da cota e por R\$ 2,66 fora da cota, de acordo a consultoria INTL FCStone. Esses preços ainda estão acima dos valores do etanol nacional. O indicador Cepea/Esalq para o anidro no mercado spot entre 26 e 30 de agosto estava em R\$ 1,9083 o litro, sem considerar frete e impostos. Contando a tributação de PIS/Cofins, o produto estava saindo das usinas a R\$ 2,0392 o litro.

Segundo Tarcilo Rodrigues, presidente da comercializadora Bioagência, levando-se em conta os custos com frete para Paulínia, os preços do anidro americano já estão competindo com o produto da região Centro-Sul, mas apenas dentro da cota. Com a tarifa de 20%, porém, o cenário muda.

A situação é mais apertada no Nordeste, onde a produção local de anidro equivale a cerca de um terço de uma demanda da ordem de 3 bilhões de litros por ano, conforme Rodrigues. Segundo ele, o produto costuma ser negociado na região por R\$ 0,20 por litro a mais que no Centro-Sul - e para o Nordeste o frete

de importação do produto americano é menor. Dessa forma, o etanol anidro nordestino, que nesta safra 2019/20 está começando a ser produzido agora, tende a enfrentar maior pressão do produto dos EUA.

Segundo a JOB Economia e Planejamento, os preços do anidro no Nordeste, tanto do produto local como do que foi importado nos últimos meses, estavam na semana passada em R\$ 2,26 o litro. Em cálculos divulgados pelo Sindaúcar/PE, o etanol anidro americano chegaria, em setembro, fora da cota, por R\$ 2.065 o metro cúbico (1000 litros).

Mesmo o etanol anidro americano importado fora da cota e desembarcado no Nordeste também já conseguiria competir com o local, embora com menos folga, avaliou o presidente da Bioagência.

Nestes primeiros meses de produção da safra sucroalcooleira do Nordeste, a tendência já era de queda dos preços do anidro no mercado local, principalmente por causa da pressão de vendas de usinas em dificuldades financeiras, observou Borges, da JOB. Mas a pressão deverá crescer com a oferta dos EUA, onde a produção de etanol tende a ser favorecida pela safra confortável de milho prevista para o ciclo 2019/20.

Ontem, representantes do segmento sucroalcooleiro do Nordeste cobraram do governo ações para que o aumento da cota de importação não sobrecarregue a região. Ao **Valor**, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que vai estudar medidas mitigatórias em parceria com o Ministério da Economia para compensar a entrada de 750 milhões de litros, por um ano, livres de tarifa. "As duas medidas imediatas que vamos avaliar são uma janela para importação pelo Nordeste e o escalonamento da entrada de etanol por outros portos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Após previdência, alvo deve ser reforma administrativa

Pior que o orçamento da União deste ano só o próximo. Apertado pelo teto de gastos, que só admite a correção das despesas primárias pela inflação, e pelas despesas obrigatórias, os recursos destinados aos ministérios e programas de governo serão em vários casos menores do que os do corrente exercício. O governo está perto de conseguir uma reforma da previdência, que lhe permite vislumbrar economias significativas nos próximos dez anos. Mas em 2020 o rombo da previdência ainda aumentará quase R\$ 30 bilhões. Sobre a segunda

maior despesa orçamentária, a folha de salários dos servidores, nada foi feito até agora, mas há promessa de ação. A inércia, neste ponto, é insustentável.

O aperto das finanças públicas até agora resultou em ajuste de má qualidade - os investimentos públicos tendem a zero. A execução atual, de R\$ 39,9 bilhões entre janeiro e julho, e de R\$ 49,4 bilhões em doze meses, já é menor do que a de 2007. A previsão para o ano que vem é metade disso - R\$ 19,4 bilhões, o menor valor em décadas. A falta de recursos afeta outra área vital para a retomada do crescimento, a infraestrutura. A dotação do ministério correspondente terá corte de 30,4% em relação ao exercício corrente, e foi reduzida a R\$ 4,7 bilhões. Não haverá mais investimentos em outras frentes, só a conclusão de 29 obras escolhidas como prioritárias - importante, mas insuficiente diante das necessidades.

Há falta de dinheiro, ilustrada pela redução do orçamento da Infraestrutura e **Minas e Energia**, e há também as prioridades políticas, nas quais se encaixam, por exemplo, o corte de 34% nas verbas do Ministério do Meio Ambiente (-34%). Com isso, o presidente Jair Bolsonaro, criticado pelo desmonte de instituições da área, ratifica a desimportância que atribui a ela.

A infraestrutura, que nunca foi um primor, se deteriora a olhos vistos. Aquela na qual se movem os funcionários públicos segue o mesmo caminho. O contingenciamento atingiu fortemente o custeio da máquina, hoje na casa dos R\$ 97 bilhões, e tem viés de baixa. A proposta para 2020 é de R\$ 89,2 bilhões, sendo R\$ 69,8 bilhões para custeio e o restante para (minguados) investimentos. Especialistas indicaram que esse montante está na, ou já ultrapassou a, fronteira a partir da qual não há dinheiro para a continuidade de todas as atividades.

Apesar do sufoco, o déficit público cai com muito vagar. O governo se empenha para atingir o rombo de R\$ 139 bilhões neste ano. Para 2020, promete reduzi-lo a R\$ 124,1 bilhões e para obtê-lo, mesmo assim, terá de pedir ao Congresso a aprovação de um crédito extra de R\$ 367 bilhões, necessário para que o governo cumpra a regra de ouro, que impede o uso do endividamento para cobertura de despesas de pessoal e custeio, por exemplo. Neste ano, o pedido foi de R\$ 248,9 bilhões. O ministro Paulo Guedes disse que reduziria o déficit em um ano, mas pede agora aos parlamentares R\$ 118 bilhões a mais.

A equipe econômica estuda formas de se adaptar ao cerco do teto de gastos, caçando receitas em várias partes. Entre elas: a redução dos repasses do

Sistema S (em princípio, 20%), substituição de fontes de gastos (retreinamento de trabalhadores pelo sistema S), e legislação encaminhada ao Congresso para dar passos importantes que hoje não pode dar, como a redução da jornada e salários do funcionalismo público e flexibilização da estabilidade. A ideia que norteia as ações é a de que medidas preventivas sejam acionadas antes do aperto extremo e urgente das despesas, isto é, estabelecer um gatilho para o teto de gastos.

Mesmo medidas razoáveis como essas enfrentam obstáculos poderosos. Faziam parte das precauções instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal que foram suspensas judicialmente e, recentemente, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal. O tribunal as considerou inconstitucionais, ainda que preservassem empregos públicos. Com isso, O Estado faz malabarismos financeiros e suprime investimentos e serviços que atendem a população para preservar o pagamento de funcionários. "A despesa salarial é seis vezes maior que os investimentos públicos", diagnosticam Ana Abrão, Arminio Fraga Neto e Carlos Sundfeld (A reforma do RH no governo federal, da consultoria Oliver Wyman).

A equipe econômica prega a desvinculação total do orçamento, mas não agiu nessa direção até agora. É algo urgente, que precisa ser complementado pela reforma administrativa, para, entre outras coisas, estancar gastos com pessoal, subiram mais que as receitas da União, em termos reais, e continuam subindo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Consultoria italiana Bip compra brasileira FBM e prevê novas aquisições

A consultoria italiana Business Integration Partners (Bip) adquiriu a brasileira FBM Consultoria, em um negócio que vai permitir sua expansão para o segmento financeiro, expertise que ainda não tinha no país. O negócio faz parte dos planos da BIP de consolidar sua atuação na América Latina nos próximos anos. Com a transação, a Bip planeja faturamento 30% maior, além de contratar de mais 100 consultores até 2020. O valor do negócio não foi divulgado.

A consultoria compete diretamente com as chamadas Big Four - KPMG, EY, Deloitte e PwC - e foi fundada em 2003 por Nino Lo Bianco, ex-presidente da Deloitte na Itália. Em 2018, o volume de negócios da Bip atingiu globalmente € 220 milhões. O Brasil representa o segundo maior mercado, com cerca de 15% da equipe global, que tem 2,5 mil profissionais distribuídos em 11 países.

No ano passado, a Bip recebeu aporte mais de € 200 milhões da empresa de venture capital Apax Partners, que será empregado para consolidar sua posição no mercado europeu e aumentar a presença nas Américas. Deste total, mais de € 100 milhões serão destinados à aquisição de empresas de consultoria. Os próximos movimentos devem ocorrer na França, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos. A estratégia também englobará novas aquisições no Brasil.

"Nosso objetivo é crescer no Brasil e transformar a Bip em um 'hub' para a América Latina. Temos duas outras negociações em andamento e devemos ter novas aquisições", disse o sócio e diretor-executivo da Bip Brasil, Flávio Menezes.

Segundo o executivo, os próximos negócios no Brasil terão foco em soluções digitais. A empresa hoje atua em setores como energia, óleo e gás, serviços de utilidade pública, telecomunicações e varejo, em São Paulo, Rio e também Macaé (RJ). Recentemente, a BIP venceu uma concorrência para estruturar um processo de transformação digital na Petrobras, que tem duração de três anos.

A recém-adquirida FBM possui cerca de 40 clientes e faturou R\$ 20 milhões em 2018, de acordo com o sócio e diretor-executivo da empresa, Ivan Nacasa. "O acordo com a Bip abre oportunidades de oferecer a clientes do segmento financeiro um portfólio direcionado à transformação digital e segurança cibernética, que são os temas de maior demanda de nossos clientes atuais", afirmou. Nacasa se manterá à frente da operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Finanças

**Autor: Juliana Machado, Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Ana Carolina Neira
| De São Paulo**

Título: Exterior impulsiona ativo local

Mais um dia de trégua no exterior marcou as operações nos mercados de câmbio, juros e bolsa no Brasil, garantindo que os ativos locais tivessem uma recuperação. Os analistas e gestores, no entanto, são reticentes em afirmar que o ambiente mudou: os receios com o risco de recessão global e em relação aos conflitos comerciais entre China e Estados Unidos estão longe de sair da agenda do mercado.

A busca por ativos de risco no mundo alçou o Ibovespa à máxima do dia, de 101.201 pontos, alta de 1,52%. Já o dólar comercial anotou a maior depreciação

diária ante o real desde 8 de outubro, dia seguinte ao primeiro turno da eleição presidencial - foi a R\$ 4,1051, queda de 1,78%.

A mesma dinâmica tiveram os contratos de juros futuros: a taxa do DI mais longo, com vencimento em janeiro de 2025, passou de 7,09% para 6,99%, enquanto a do DI para janeiro de 2021 encerrou em 5,42%, de 5,50% no pregão anterior.

Todo esse ambiente só foi possível porque o dia teve uma sucessão de fatores favoráveis aos emergentes no geral. O investidor acordou com a informação de que o dado de serviços da China apresentou uma aceleração de 51,6 em julho para 52,1 em agosto e, mais tarde, operou com percepção mais positiva em relação a questões geopolíticas, como se viu em Hong Kong e também no Reino Unido.

Na Ásia, Hong Kong decidiu enterrar o projeto de lei que permitia a deportação de cidadãos para a China continental. Já no Reino Unido, o premiê Boris Johnson - defensor da retirada da União Europeia sem acordo - viu sua derrota no Parlamento, adiando, assim, o processo de saída do país do bloco e afastando o receio de que houvesse um "Brexit duro".

"O movimento do dólar corrobora com a queda das taxas de juros ao tirar um pouco da pressão dos últimos dias", afirma Matheus Gallina, trader da Quantitas, para quem o recuo da moeda americana faz com que as quedas de juros voltem à pauta.

Avaliação semelhante tem Paulo Nepomuceno, estrategista-chefe da Coinvalores. Para ele, no curto prazo, a fraqueza da atividade econômica aqui no Brasil deve fazer com que o Banco Central mantenha no radar futuros cortes na Selic. "No curto prazo, o cenário não deve se alterar."

Na bolsa de valores, o dia foi de recuperação robusta para a maioria dos ativos de maior peso e liquidez do Ibovespa, mas um destaque é o noticiário em torno da Petrobras. De um lado, o ambiente de maior demanda por risco lá fora ajudou na valorização do petróleo, o que deu força para a estatal de petróleo na bolsa - a ON da Petrobras subiu 2,53% e a PN avançou 2,58%; o petróleo Brent e o WTI fecharam com alta superior a 4%.

Além do ambiente internacional, o mercado se animou com a aprovação pelo Senado da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da cessão onerosa e permite a divisão de recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e municípios. A matéria volta agora para análise da Câmara dos Deputados.

"A Petrobras é o grande destaque, mas vale dizer que outros papéis importantes ligados ao ambiente internacional, como a Vale [alta de 2,20%], também ajudam a puxar o Ibovespa. Vejo muito mais relevância do cenário no exterior do que qualquer outra coisa", afirma Rafael Passos, analista da Guide Investimentos. "Mas o giro mais contido ao longo do dia também mostra que ninguém abandonou a posição de defesa no mercado", pondera. No dia, o giro financeiro das ações do Ibovespa foi de R\$ 11 bilhões, abaixo da média diária de 2019, de R\$ 12,4 bilhões.

No exterior, os ativos brasileiros terminaram o dia também em recuperação: o iShares MSCI Brazil Capped, maior fundo de índice (ETF) de ações brasileiras negociado em Wall Street, encerrou em alta de 3,11%. Já o índice Dow Jones Brazil Titans, que mede o retorno dos 20 maiores recibos de ações (ADRs) brasileiros, avançou 3,03%.

Mesmo assim, os gestores não apenas continuam cautelosos, como reforçam: os mesmos receios que derrubaram os ativos recentemente não sumiram do horizonte. Os conflitos comerciais entre China e EUA não tiveram uma solução definitiva e ainda há medo de que uma recessão atinja as maiores economias do mundo.

Ontem, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, comentou que a China é que está enfrentando mais dificuldades econômicas por causa da imposição de tarifas entre os dois países e deixou em aberto o fim da questão. "Isso é uma guerra comercial, uma batalha", afirmou Trump.

Os economistas do BBVA Vitor Sun Zou e Cristina Varela afirmaram, em relatório ontem, que a performance do mercado poderia ser classificada como um "alívio de curto prazo para os investidores". Contudo, o banco espanhol espera por novos dias de pressão nos negócios, ao menos no curto prazo. "A incerteza que cerca as tarifas [comerciais entre China e EUA] é o que causa dano maior. As dúvidas são piores do que a imposição das tarifas em si, porque essa dinâmica tem levado a uma situação irregular [nos preços]", diz a análise.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/09/2019

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Dilma protagoniza ato da oposição contra Bolsonaro

Um ato político "em defesa da soberania nacional e contra as privatizações" mobilizou as forças de oposição em um único palco e marcou o retorno da ex-presidente Dilma Rousseff ao Congresso, três anos e quatro dias após o julgamento do impeachment que a afastou do cargo.

A autoria intelectual do evento é do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso em Curitiba há quase um ano e meio. Há meses, Lula vinha compartilhando com interlocutores a preocupação em encontrar uma pauta relevante que obrigasse a oposição a reagir diante de ações do governo Jair Bolsonaro que classifica como "entreguistas" e da postura que considera "subserviente" em relação aos Estados Unidos.

Uma fonte do PT citou como exemplo da paralisia da oposição o silêncio dos líderes e dos sindicatos, em especial dos petroleiros - historicamente, um sindicato forte - quando se efetivou a venda do controle da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) tornou público o desconforto de Lula com o tema após uma visita ao líder petista em julho. "A preocupação dele é pensar em como os partidos progressistas se organizarão para criar um projeto em defesa da soberania nacional, para não permitir que depois de conquistar respeito internacional o país volte a ser um mero exportador de soja".

O ato reuniu cerca de 500 pessoas em um auditório da Câmara. Havia pelo menos uma liderança expressiva de cada sigla de esquerda: Guilherme Boulos (PSOL), o presidente do PDT, Carlos Lupi, o ex-governador da Paraíba Ricardo Coutinho (PSB), a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Pedro Ivo, dirigente da Rede, além da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), e parlamentares das legendas.

A efetiva união da oposição, contudo, implicaria a presença do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), terceiro colocado nas eleições presidenciais do ano passado, e do presidente do PSB, Carlos Siqueira, já que Ricardo Coutinho representa a ala petista do partido. O senador Renan Calheiros (AL) e o ex-senador Roberto Requião (PR), ambos do MDB, também compareceram.

Aplaudida de pé, Dilma criticou a possibilidade de privatização da Petrobras, a escalada do desmatamento na Amazônia e o desmantelamento das universidades públicas.

"O processo de desmonte da imagem da Petrobras tem a ver também com a Lava-Jato", disse a ex-presidente. "A Lava-Jato é responsável por ferir economicamente as empresas nacionais, sobretudo a Petrobras", reforçou. Presente no ato, o ex-diretor da Petrobras Guilherme Estrella, responsável pela descoberta do pré-sal, foi ovacionado.

Ela chamou o presidente Jair Bolsonaro de "neofascista", argumentando entretanto que os fascistas eram ultranacionalistas, enquanto Bolsonaro não teria compromisso com a Nação. "Foi necessário um impeachment sem crime de responsabilidade, a prisão do ex-presidente Lula, a destruição dos partidos de centro para que houvesse espaço para o surgimento desse governo e da proposta neoliberal", completou.

Na carta de Lula lida por Fernando Haddad, segundo colocado nas eleições de 2018, o ex-presidente afirma que o país está sendo "destroçado por um governo de traidores" que querem entregar as empresas, os bancos públicos, o petróleo, os minerais. Acrescenta que a Amazônia está ameaçada por um governo que "não sabe e não quer defendê-la". Lula afirma, ainda, que Bolsonaro rebaixou a diplomacia "a um assunto de família e conselheiros que dizem que a Terra é plana", e que ele "brinca de guerra com os europeus para fazer o jogo de [Donald] Trump".

A Frente Parlamentar em Defesa da Soberania vai repetir o ato nos Estados. O desafio será converter o discurso, considerado abstrato, em questões concretas.

O argumento é de que a defesa da Amazônia, das universidades públicas e a garantia de emprego universal são questões inerentes à soberania popular. Outra meta é fortalecer a oposição a um ano das eleições municipais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/09/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Luiza de Carvalho

Título: Caminhoneiros protestam por tabela do frete

Caminhoneiros autônomos fizeram uma paralisação na manhã de ontem em cidades do Rio de Janeiro e do Paraná. Eles pedem o cumprimento do tabelamento do frete, suspenso em julho pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, após pressão dos profissionais insatisfeitos com a nova tabela.

Por meio de nota, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) afirmou que tem acompanhado de perto as discussões sobre o tabelamento e não ia se posicionar com relação ao protesto. Já a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) afirmou que "nenhuma entidade coligada manifestou a realização de assembleias deliberativas para votação sobre greve".

Uma das primeiras cidades a registrar protestos foi Barra Mansa, no sul do Rio de Janeiro. A manifestação começou por volta das 6 horas na Via Dutra. Os

manifestantes atearam fogo em pneus e ocuparam o acostamento da rodovia. Embora não tenha ocorrido bloqueio de pistas, o movimento provocou congestionamento no início da manhã.

Na região metropolitana de Curitiba, na cidade de Quatro Barras, caminhoneiros fizeram uma breve manifestação na manhã de ontem. Em Ponta Grossa, no noroeste do Paraná, caminhoneiros fizeram uma carreata anteontem, pedindo o tabelamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/09/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Aneel multa Light por explosão em bueiros

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) multou a Light, responsável pela distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro, em R\$ 29,6 milhões. A punição deve-se a problemas encontrados pelo regulador, incluindo uma explosão no sistema subterrâneo em 2016 que deixou um morto e sete feridos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/09/2019

Seção: Economia

Autor: SILVIA AMORIM

Título: São Paulo quer ampliar sua fatia do megaleilão

Governo de João Doria questiona acordo no Senado que aumenta total de recursos do petróleo destinados ao Rio para R\$ 2,5 bi. Interlocutores do estado já iniciam contatos para alterar o texto que vai tramitar na Câmara

SÃO PAULO- Um dia depois de o Senado fechar um acordo que beneficia o Rio na distribuição de recursos do megaleilão do pré-sal, marcado para novembro, o governo de São Paulo informou que tentará alterar as regras para aumentar o volume destinado ao estado. O governo de João Doria (PSDB) defendeu que todos os estados produtores de petróleo sejam beneficiados, não apenas o Rio de Janeiro.

Na última terça-feira, um acordo de lideranças no Senado permitiu que o Rio ampliasse sua fatia de R\$ 326 milhões para R\$ 2,5 bilhões. O critério original, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na semana passada, previa a divisão de acordo com a regra do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Este modelo de

divisão de recursos privilegia entes menos favorecidos e de menor renda familiar per capita.

O acordo fechado no Senado abriu caminho para a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a distribuição de recursos entre estados e municípios do megaleilão de petróleo, no qual serão ofertadas áreas da chamada cessão onerosa.

Com base numa emenda apresentada pelos senadores Flávio Bolsonaro (PSL), Romário (Podemos) e Arolde de Oliveira (PSC), o estado produtor, que abriga as áreas da cessão onerosa, ficará com 3% da renda do leilão que seriam destinados à União, além da fatia referente ao FPE. É a partir desse cálculo que se chega aos R\$ 2,5 bilhões para o Rio.

Após o acordo, o governador Wilson Witzel (PSC) agradeceu o empenho de Flávio Bolsonaro e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) nas negociações para ampliar a fatia de recursos destinada ao estado.

O vice-governador e secretário de Governo de São Paulo, Rodrigo Garcia, afirmou ontem que São Paulo tentará ampliar este benefício a outros estados produtores das regiões Sudeste e Sul: — Vamos trabalhar na Câmara a necessidade para que todos os estados produtores possam ser beneficiados e não apenas o Rio. São Paulo é um estado produtor também.

Após a aprovação da PEC no Senado, o projeto segue para a Câmara. Interlocutores do governo paulista começaram a fazer contato com lideranças na Câmara para construir apoio para a mudança do texto aprovado no Senado.

— Do jeito que está, isso beneficia o Rio de Janeiro e uma parte do Espírito Santo. Já que vai tirar uma parte amais da União, que seja para todos os estados produtores localizados na Bacia de Santos —defendeu Garcia.

O vice-governador está conversando com os governos de Santa Catarina e Espírito Santo para organizar uma reação conjunta na Câmara.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), já havia se manifestado a favor de mudanças no texto na Câmara.

Caso o texto sofra alterações na Câmara, porém, há risco de atrasar o cronograma do megaleilão. Isso porque a mudança poderia afetar a tramitação, levando o projeto de volta ao Senado. O governo espera que o certame renda R\$ 106 bilhões. Deste total, a União ficará com R\$ 48,8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/09/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Coesão política foi fundamental para o acordo que beneficia o Rio**

Novas regras pactuadas darão ao estado R\$ 2,5 bilhões do que a União arrecadar com megaleilão do pré-sal

Não deve passar despercebida a bem-sucedida ação de parlamentares fluminenses, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do governador Wilson Witzel no acordo de terça-feira que mudou a regra de distribuição de recursos do megaleilão do pré-sal. Emenda apresentada por senadores do Rio estabelece que o estado ficará com R\$ 2,5 bilhões do que o governo arrecadar.

Pelas regras aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado semana passada, o Rio receberia R\$ 326 milhões, ou 13% do valor atual. A emenda apresentada pelos senadores Flávio Bolsonaro (PSL), Romário (Podemos) e Arolde de Oliveira (PSC) estabelece que o estado produtor, onde estão as áreas que serão leiloadas, fique com 3% do que seria destinado à União, além do montante referente ao Fundo de Participação dos Estados.

Articulado desde a semana passada, o acordo é fruto de intensa mobilização política. Deputados e senadores fluminenses argumentaram que, pelos critérios aprovados inicialmente, o Rio acabaria prejudicado na distribuição dos recursos. Diante de tal perspectiva, Maia chegou a dizer que o leilão do pré-sal poderia ficar para o ano que vem, abrindo brecha para mudar o texto.

Witzel disse que o acordo permitirá pagar as dívidas do estado e fazer investimentos importantes. Prometeu usar parte dos recursos em saneamento e infraestrutura nas comunidades.

Num estado que tenta sair da pior crise financeira de sua história—o auge foi no período 2015-2016 —e que só consegue algum alívio nas contas porque aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal, é preciso ter critérios na aplicação desses recursos.

O Rio não pode repetir erros recentes. Quando o preço do petróleo estava em alta, e a arrecadação com royalties fazia jorrar dinheiro nos cofres públicos, cometeu-se todo tipo de desatino —alguns folclóricos, como o calçadão de porcelanato em Rio das Ostras, na Região dos Lagos. O fato é que usou-se receita variável para pagar despesas fixas, como salários do funcionalismo. Quando os royalties caíram, arrastaram para o buraco estado e municípios.

O acordo é positivo para o Rio, mas novas e maiores batalhas a favor dos interesses fluminenses virão, como é o caso da entrada em vigor das regras da Lei nº 12.734/2012, que reduzirá à metade as participações especiais dos estados produtores de petróleo e a menos que isso no que se refere aos municípios —ela está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto, é de fundamental importância a manutenção da coesão política demonstrada nesse episódio. Afinal, os interesses do estado precisam estar acima das naturais divergências políticas entre seus representantes.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/09/2019

Seção: Economia

Autor: Vera Batista

Título: Recurso para abater o deficit

Abater o rombo nas contas públicas e fazer a rápida reposição das verbas bloqueadas para despesas não obrigatórias, em setores estratégicos. Esses devem ser os destinos para os recursos que a União arrecadará com os leilões da área do pré-sal em novembro. A partir da aprovação da cessão onerosa pelo Congresso, na terça-feira, parte desses recursos serão destinados a estados e municípios. Para especialistas, a boa destinação desses recursos, poderá resultar em atração de investimentos e fazer a economia andar.

“A prioridade número um desse dinheiro é diminuir o deficit primário”, destaca o economista Raul Velloso, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. Há um “desespero”, disse, em todas as esferas do poder por dinheiro. Por isso, ele tem que ser muito bem empregado. “O governo não vai conseguir pagar a dívida com montante tão reduzido, mas, com essa medida, mostrará que sabe administrá-lo. Será uma sinalização de equilíbrio para os investidores”, afirmou.

Alex Agostini, economista-chefe da Agência Austin Rating, destaca que é fundamental observar a destinação legal da arrecadação com a cessão onerosa. Como o governo ainda não divulgou o que vai fazer, ele aponta que a expectativa do mercado é de que parte do dinheiro seja para reduzir o rombo nas contas públicas e outra parte vá, efetivamente, para as despesas não obrigatórias (emissão de passaporte, Farmácias Populares, Bolsa Família e outros programas sociais que distribuem renda e incentivam a circulação de dinheiro) que não podem ser descontinuadas.

“Assim, evita-se novos contingenciamentos. É um dinheiro que vai ajudar, ainda que pouco, a alcançar a meta do resultado primário e mostrar para o mercado

que há uma preocupação em não paralisar a economia”, defendeu Agostini.

Na opinião do economista Geraldo Biasoto “é hora de cobrir os buracos”. “O total que vai chegar é como um pingo d’água no oceano para União, estados ou municípios. Mas a falta de dinheiro para bolsas no CNPq e Capes, por exemplo, paralisa ações cruciais em laboratórios de pesquisa fundamentais para a sociedade” afirmou.

MME / ASCOM .